



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

RELUCI

SAÚDE

**MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXECUTORA DE CONTROLE INTERNO
SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL-GESTÃO**

EXERCÍCIO 2022



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

Emitente: Órgão Central do Sistema de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Município de Ponto Belo

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde

Gestor responsável: MARCOS COUTINHO SANT'AGUIDA DO NASCIMENTO

Exercício: 2022

1-RELATÓRIO

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, e o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF essa unidade de controle interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análises os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

1. Itens de abordagem prioritária

1.1 Gestão fiscal, financeira e orçamentária.

CÓDIGO	PONTO DE CONTROLE	BASE LEGAL	PROCEDIMENTO	VISTO	AMOSTRA SELECIONADA	RESULTADO DA ANÁLISE
1.1.2	Despesa – realização sem prévio empenho	Lei 4.320/1964, art. 60.	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho	SIM	Listagem de liquidação, empenho e pagamento.	Em vistoria nas despesas realizadas pela secretaria, Com recursos oriundos do fundo municipal de assistência Social, ficou constatado que, as mesmas foram precedidas de Prévio Empenho, porém em se tratando de restituições de saldos de convênios, não se pode precisar com vai ser o saldo a ser devolvido.

1.2. Gestão Previdenciária



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

Código	Ponto de controle	Base legal	Procedimento	VISTO	AMOSTRA SELECIONADA	RESULTADO DA ANÁLISE
1.2.1	Registro por competência-despesa previdenciárias patronais.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991. Lei Local Regime de competência a	Verificar se foram realizados os registros contábeis orçamentários patrimoniais, das despesas com obrigações previdenciárias, decorrente dos encargos patronais da entidade referentes às alíquotas normais e suplementares observando o regime de competência.	SIM	Não se aplica	Não se aplica. O Município não possui regime próprio de previdência social. Está enquadrado no regime geral.
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciária-patronais	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991. Lei Local Regime de competência a	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares.	SIM	Não se aplica	Não aplicável. O Município está enquadrado no RGPS.
1.2.3	Registro por competência-multas juros por atraso de pagamento.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991. Lei Local Regime de competência a	Verificar se houve o registro por competência das despesas orçamentárias e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) com multas e juros decorrentes do atraso no pagamento das obrigações previdenciárias	SIM	Não se aplica	Não aplicável. O Município está enquadrado no RGPS.
1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias parte servidor	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991. Lei Local	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e os respectivos repasse tempestivo ao regime de previdência	SIM	Não se aplica	Não aplicável. O Município está enquadrado no RGPS.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

1.3 Gestão Patrimonial

CÓDIGO	PONTO DE CONTROLE	BASE LEGAL	PROCEDIMENTO	VISTO	AMOSTRA SELECIONADA	RESULTADO DA ANÁLISE
1.3.1	Bens em estoque, móveis e imóveis e intangíveis-registro contábil compatibilidade com inventário.	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens móveis e imóveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	SIM	Demonstrativo Analítico das Entradas e Saídas de Bens Móveis Resumo do Inventário de bens Móveis e Imóveis. No Período 01/01/2022 a 31/12/2022	A integralidade dos bens está evidenciada nas demonstrações contábeis, em compatibilidade com inventário anual, e, constam as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão e as devidas reavaliações.
1.3.2	Bens móveis imóveis e intangíveis-Registro e controle	Lei 4.320/1964, art. 94.	Avaliar se os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização e se existe a indicação, na estrutura administrativa do órgão, de agente(s) responsável (is) por sua guarda e administração.	SIM	Demonstrativo Analítico das Entradas e Saídas de Bens Móveis e Imóveis Resumo do Inventário de bens Móveis e Imóveis. No fundo municipal de saúde, Período 01/01/2022 a 31/12/2022 Decreto nº 614/2018	Sim. Os registros analíticos estão sendo realizados, e, consta nos bens as respectivas numerações de 1147 a 1243 aquisição de 95 bens móveis, Valor total da aquisição R\$ 1.059.065,15 (um milhão, cinquenta e nove mil, sessenta e cinco reais e quinze centavos). Os agentes responsáveis pela guarda e administração estão indicados no decreto municipal nº 614/2018.
1.3.3	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais	SIM	Extratos bancários. Termo de verificação das disponibilidades financeiras	Sim, todas as disponibilidades financeiras foram depositadas e aplicadas em bancos oficiais, Banco do Estado do Espírito Santo, Caixa Econômica



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

						Federal e Banco do Brasil.
1.3.4	Disponibilidade financeiras-depósito e aplicação	Lei 4.320/1964, art. 94 a 96	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.	SIM	Conciliação Bancária. Extrato Consolidado Extrato de Aplicações Financeiras.	As demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos Valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras.
1.3.5	Divida ativa e demais créditos tributários-conciliação do demonstrativo com as demonstrações contábeis	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores inscritos em divida ativa tributária e não tributária	SIM	Lançamento Fechado das Divida Ativa 2022. Relatório da Divida Ativa Escrita Balancete Analítico Contábil	Valores inscritos em divida ativa estão evidenciados nas demonstrações contábeis.
1.3.6	Dívida ativa e demais créditos tributários – cobrança regular	LC 101/2000, art. 11.	Avaliar se os créditos tributários não recebidos estão sendo objeto de inscrição em dívida ativa antes de sua prescrição e se a dívida ativa constituída está sendo objeto de cobrança administrativa e/ou judicial.	SIM	Relatório da dívida ativa do contribuinte e créditos tributários. Lançamento Fechados Sintéticos.	Os créditos não recebidos estão sendo sim objeto de inscrição em dívida ativa antes de sua prescrição. Sendo que as inferiores a 5.000 VRTE's são cobradas administrativamente e. Somente valores acima deste referência e que são judicializados. Conforme Lei 453/2015.
1.3.7	Obrigações contraídas no último ano de mandato	LC 101/2000, art. 42	Avaliar se o titular do Poder contraiu, nos dois últimos quadrimestres do seu mandato, obrigações que não puderam ser cumpridas integralmente dentro dele, ou que tiveram parcelas a serem pagas no exercício seguinte	SIM	Verificação documental Balancetes Contábeis	As obrigações contraídas nos dois últimos quadrimestres de 2021 previu a disponibilidade de caixa para sua liquidação,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

			sem suficiente disponibilidade de caixa.			
--	--	--	--	--	--	--

1.4. Demais atos de gestão

Código	Ponto de Controle	Base Legal	Procedimento	Visto	Amostra Selecionada	Resultado da Análise
1.4.1	Documentos integrantes do PCA-compatibilidade com o normativo do TCE	IN regulamentador da remessa de prestação de contas	Avaliar se os documentos integrantes do PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN regulamentadora da remessa de prestação de contas	SIM	Prestação de Contas Anual – Exercício 2022. Instrução Normativa do Sistema de Controle Interno nº 04/2014	Documentos que integram a PA estão em conformidade.
1.4.2	Segregação de funções.	CRFB/88, art. 37, caput.	Avaliar se foi observado o princípio da segregação de funções nas atividades de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações.		Processos Licitatórios,	Foi observado o princípio da segregação de função nas atividades de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações.

2. Itens de abordagem complementar

2.1. Gestão Fiscal, financeira e orçamentária

Código	Ponto de Controle	Base Legal	Procedimento	Visto	Amostra Selecionada	Resultado da Análise
2.1.1	Execução de programas e projetos	CRFB/88, art. 167, I	Avaliar se houve execução de programas ou projetos de governo não incluídas na lei orçamentária anual	SIM	Verificação documental efetuada na legislação municipal	Todos os programas e projetos executados no município obedeceram a legislação orçamentária.
2.1.2	Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades	Lei 8.666/1993, arts. 5º e 92, c/c CRFB/88, art. 37.	Avaliar se os passivos estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades.	SIM	Contabilidade. Listagem de Pagamentos/Bancos	Sim. Os pagamentos seguem a ordem cronológica
2.1.3	Despesa – realização de despesas – irregularidades	LC 101/2000, art. 15 c/c Lei 4.320/1964, art. 4º.	Avaliar se foram realizadas despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou	SIM	Contabilidade. Listagem de Pagamentos/Bancos. Documentos	Em análise nos documentos contábeis e na legislação orçamentária, não foram encontradas



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

			ilegítimas.		Contábeis	despesas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas.
2.1.4	Despesa – liquidação	Lei 4.320/1964, art. 63.	Avaliar se foram observados os pré-requisitos estabelecidos no artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/64 para a liquidação das despesas.	SIM	Contabilidade. Listagem de Pagamentos/Bancos. Documentos Contábeis	As liquidações das despesas obedeceram aos requisitos legais constantes do artigo 63 da Lei Federal nº 4320/64.
2.1.5	Pagamento de despesas sem regular liquidação	Lei 4.320/1964, art. 62.	Avaliar se houve pagamento de despesa sem sua regular liquidação	SIM	Contabilidade. Listagem de Pagamentos/Bancos	Toas às despesas foram realizadas com a devida liquidação
2.1.6	Despesa – desvio de finalidade	LC 101/2000, art. 8º, parágrafo único.	Avaliar se houve desvio de finalidade na execução das despesas decorrentes de recursos vinculados.	NÃO	Lei nº 626/2021 Lei nº 638/2021 Documentos contábeis	Em análise nos documentos contábeis e na legislação orçamentária, as despesas foram executadas exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação
2.1.7	Despesa – auxílios, contribuições e subvenções.	Legislação específica.	Avaliar se houve concessão de auxílios, contribuições ou subvenções a entidades privadas sem previsão na LDO, na LOA e em lei específica.	NÃO	Lei nº 626/2021 (LDO) Lei nº 638/2021 (LOA)	Não Houve
2.1.8	Despesa – subvenção social.	Lei 4.320/1964, art. 16.	Avaliar se a concessão de subvenção social obedeceu ao disposto no art. 16, da Lei Federal nº 4.320/1964, especialmente no que se refere o seu parágrafo único.	SIM	Lei Federal nº 420/1964 Lei 626/2021 Lei 638/2021	Não Houve

2.2. Gestão patrimonial

Código	Ponto de Controle	Base Legal	Procedimento	Visto	Amostra Selecionada	Resultado da Análise
2.2.1	Passivos contingentes –	CRFB/88, art. 100. Lei	Avaliar se os precatórios judiciais e demais			



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

	reconhecimento de precatórios judiciais	nº 4.320/64, arts. 67 e 105 c/c Resolução CFC nº 750/1993, arts. 6º e 10	passivos contingentes estão sendo devidamente reconhecidos e evidenciados no balanço patrimonial.	SIM	Balancete Analítico Contábil Simplificado	Não houve
2.2.2	Dívida pública – precatórios – pagamento	CRFB/88, art. 100 c/c Lei 4.320/64, art. 67.	Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo objeto de pagamento, obedecidas às regras de liquidez estabelecidas na CRFB/88.	SIM	Balancete analítico contábil Listagem de Empenho	Não houve
2.2.3	Dívida ativa e demais créditos tributários – cancelamento	CRFB/88, art. 37 c/c LC 101/2000, art. 11.	Avaliar se houve comprovação do fato motivador para o cancelamento de dívida ativa e/ou demais créditos tributários, se houve previsão legal para a prática desses atos e se o impacto econômico-financeiro não comprometeu metas de resultados previstas na LDO.	SIM	Setor Tributário Lançamento Sintético e Relatório da Dívida Ativa e Créditos Tributários	Não houve cancelamento de dívida ativa no ano de 2022
2.2.4	Cancelamento de passivos	CRFB/88, art. 37, caput. c/c Norma Brasileira de Contabilidade de NBC-TSPe NBC T16 Resolução CFC nº 750/1993.	Avaliar se houve cancelamento de passivos sem comprovação do fato motivador.	SIM	Item não analisado	Item não analisado

2.3. Limites Constitucionais.

Código	Ponto de Controle	Base Legal	Procedimento	Visto	Amostra Seleccionada	Resultado da Análise
2.3.1	Transferências voluntárias – exigências	LC 101/2000, art. 25, §1º	Avaliar se houve realização de transferências voluntárias para outro Ente da Federação e, no caso de ocorrência, se as	SIM	Verificação na legislação municipal	Não houve transferências voluntárias para outro ente da federação. Daquela Previstas



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

			disposições contidas no § 1º, do artigo 25, da LRF foram observadas.			no artigo 25 da Lei Complementar 101/2000.
2.3.2	Dívida pública – originalmente superior ao limite – redução do valor excedente	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 4º, inciso I.	Avaliar se a dívida consolidada líquida do Município, no final do exercício de 2001, excedia os limites estabelecidos nos incisos I e II, do artigo 3º, da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, respectivamente e, em caso positivo, verificar se o valor excedente está sendo reduzido à razão de 1/15 (um quinze avo) por exercício.	SIM	Conformidade e revisão analítica efetuada no RGF	A Dívida Pública não ultrapassou o limite ao final do exercício 2022

2.4. Gestão Previdenciária.

Código	Ponto de Controle	Base Legal	Procedimento	Visto	Amostra Selecionada	Resultado da Análise
2.4.1	Retenção de impostos, contribuições sociais e previdenciárias	LC 116/2003, art. 6º. Decreto Federal nº 3.000/1999. Lei 8.212/1991.	Avaliar se foram realizadas as retenções na fonte e o devido recolhimento, de impostos, contribuições sociais e contribuições previdenciárias, devidas pelas pessoas jurídicas contratadas pela administração pública.	SIM	Balancete Analítico Contábil	As retenções foram devidamente processadas.
2.4.2	Censo Atuarial	Lei Federal 10.887/2004, art. 3º. PORTARIA MPS 403/2008, art. 12	Verificar se o ente realiza censo atuarial de todos os servidores ativos, aposentados e pensionistas, com a atualização de todos os dados Cadastrais necessários para a manutenção de base de	SIM	O Município se enquadra no RGPS	O Município se enquadra no RGPS



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

			dados adequada.			
--	--	--	-----------------	--	--	--

2.5. Demais atos de gestão.

Código	Ponto de controle	Base legal	Procedimento	Visto	Amostra Selecionada	Resultado da Análise
2.5.1	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão	CRFB/88, art. 37, inciso V.	Avaliar se as funções de confiança estão sendo exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e se os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.	SIM	Lei Municipal nº 527/2019 revogou a Lei Municipal nº 251/2007	A lei municipal nº 527/2019 que revogou a lei 251/2007 regulamentou as funções de confiança as quais são ocupadas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo Os cargos em comissão obedecem ao disposto no artigo 37, inciso V, "Atribuições apenas de Direção Chefia e Assessoramento.
2.5.2	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão	Legislação específica do órgão.	Nos órgãos que dispõem de lei específica disciplinando condições e percentual mínimo dos cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira, avaliar se a legislação específica está sendo observada.	SIM	Lei Municipal nº 527/2019 revogou a Lei Municipal nº 251/2007	A Legislação municipal Lei 527/2019 artigo 21 parágrafo único destinam 5% do total de cargos em comissão a para serem ocupados por servidores de carreira. Dispositivo obedecido pela Administração
2.5.3	Pessoal – contratação por tempo determinado	CRFB/88, art. 37, inciso IX.	Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse	SIM	Verificação na legislação municipal Lei nº 535/2019 Lei nº 541/2019 Lei nº	Sim, lei 535/2019, artigo 2º inciso I,II,III,IV, V, VI, VII, VIII IX, X e alíneas, e inciso XI



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

			público.		521/2019	
2.5.4	Pessoal – teto	CRFB/88, art. 37, inciso XI.	Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu o disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88	SIM	Conformidade e revisão analítica efetuada no RGF. Lei Nº 353/2012 Lei nº 527/2019	O teto remuneratório dos servidores públicos obedeceu esta em consonância com o disposto no artigo 37 da CRFB/88
2.5.5	Realização de despesas sem previsão em lei específica.	CRFB/88, art. 37, caput	Avaliar se houve pagamento de despesas com subsídios, vencimentos, vantagens pecuniárias e jetons não autorizados por lei específica.	SIM	Verificação na legislação municipal	Todas as despesas realizadas no decorrer do exercício foram autorizadas por lei. Com base na Lei Orçamentária Anual em consonância com a LDO e o PPA e demais Leis pertinentes ao objeto
2.5.6	Dispensa e de inexigibilidade de licitação	Lei 8.666/93, arts. 24, 25 e 26./	Avaliar se as contratações por dispensa ou inexigibilidade de licitação observaram as disposições contidas nos artigos 24 a 26 da Lei de Licitações.	SIM	Verificação documental relatório de licitações ano 2022 setor de Licitação	As contratações . por dispensa ou inexigibilidade de licitação observaram as disposições contidas nos artigos 24 a 26 da Lei de Licitações

3. DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA, PATRIMONIAL E FISCAL

Apresentamos abaixo, informações referentes às contas consolidadas do exercício de 2022 do Poder Executivo, sob o enfoque da análise da situação orçamentária, financeira e patrimonial do Município de Ponto Belo-ES, com base nas demonstrações contábeis da Administração Direta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

3. 1 – Da gestão Orçamentária Planejamento:

Para o exercício de 2022, foi estimada uma receita em R\$ 33.075.000,00 (trinta e três milhões e setenta e cinco mil reais) (impostos, taxas, contribuições e outras fontes de recursos), visando custear as despesas públicas e as necessidades de investimentos. A realização da receita atende ao regime de caixa.

A despesa foi fixada em R\$ 33.075.000,00 (trinta e três milhões e setenta e cinco mil reais), classificada em sua natureza por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e elemento despesa, foi executada por regime de competência atendendo os estágios de empenho, liquidação e pagamento, conforme preceitua a Lei 4.320/64.

- Execução Orçamentária:

O orçamento fiscal do Município aprovado pela da Lei Municipal nº. 638/2021 estimou a receita e fixou a despesa em R\$ 33.075.000,00 (trinta e três milhões e setenta e cinco mil reais), para o exercício de 2022.

- Receita Orçamentária:

A receita prevista para o exercício 2022 foi de R\$ 33.075.000,00 (trinta e três milhões e setenta e cinco mil reais).

A receita orçamentária fiscal arrecadada do exercício foi de R\$ 48.278.275,60 (quarenta e oito milhões, duzentos e setenta oito mil, duzentos e setenta e cinco reais e sessenta centavos).

- Despesa Orçamentária:

Créditos Adicionais Suplementares:

A Lei Orçamentária Anual nº. 638/2021, conforme disposto no artigo 5º, autorizou a abertura de crédito suplementar em percentual de 50,00% do valor da despesa fixada.

3.2 – Dos Limites Constitucionais Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Com a promulgação da Emenda Constitucional nº. 29 de 13/09/2000 ficaram garantidos recursos mínimos a serem aplicados pelo Município nas ações e serviços públicos de saúde. A aplicação mínima exigida é de 15% (quinze por cento) do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os artigos 156, 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º da CRFB/88

Considerando a despesa empenhada, o percentual real aplicado foi de 26,90% correspondente a R\$ 7.032.001,25 (sete milhões, trinta e dois mil, um real e vinte cinco centavos).



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

-Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

O demonstrativo de Aplicação de Recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino demonstra um percentual de 34,20%, correspondente a R\$ 8.945.993,24 (oito milhões, novecentos e quarenta e cinco mil, novecentos e noventa e três reais e vinte e quatro centavos), superando o mínimo estabelecido pelo artigo 212 da Constituição Federal.

Com os profissionais do magistério em efetivo exercício de suas funções foram aplicados dos recursos provenientes do FUNDEB e das aplicações financeiras de 84,20% Correspondente a R\$ 4.247.243,55 (quatro milhões, duzentos e quarenta e sete mil, duzentos e quarenta e três reais e cinquenta e cinco centavos).

-Com Pessoal:

A Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, estabelece em seu artigo 20, inciso III, alínea "b," que os gastos com pessoal do Poder Executivo não poderá exceder em 54,00% (cinquenta e quatro por cento).

Município aplicou 48,20%, totalizando R\$ 18.091.526,60 (dezoito milhões, noventa e um mil, quinhentos e vinte seis reais e sessenta centavos) cumprindo a norma contida no artigo 20, III "b" da Lei Complementar nº. 101/2000.

3.3-Limite Constitucional do Poder Legislativo:

O montante repassado ao Poder Legislativo foi na ordem de R\$ 1.420.700,00 (um milhão, quatrocentos e vinte mil e setecentos reais), conforme previsto na Lei Orçamentária. Desta forma fica evidenciado o cumprimento do artigo 29-A da Constituição Federal.

No tocante ao parágrafo 2º inciso II, com exceção do mês de fevereiro e março que a data limite caiu em domingo, foi obedecida à data limite para o repasse.

3.4 Da Gestão Previdenciária.

O município de Ponto Belo-ES não possui Regime Próprio de Previdência, submetendo-se ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

4.PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do **MARCOS COUTINHO SANT'AGUIDA DO NASCIMENTO**, Secretário Municipal de Saúde do Município de Ponto Belo, relativa ao exercício de 2022 com objetivo de:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

I - avaliar o cumprimento das metas previstas na lei de diretrizes orçamentárias e no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Estado e dos Municípios;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência e economicidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Em nossa opinião, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados, a referida prestação de contas se encontra em que pese às inconformidades encontradas adequadas a posição orçamentária, financeira, patrimonial e de gestão fiscal do exercício a que se refere, observa que algumas inconformidades não forma suficientes para desaprovar a sua **REGULARIDADE**.

6. No Município de Ponto Belo-ES.

Quantidade	Cargo	Formação
01	Controlador Geral do Município	Direito

Ponto Belo, 16 de março de 2023.

ALESON BATISTA DE SOUZA
Controlador interno